



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.iesussergio@camara.leg.br

Apresentação: 27/11/2019 09:59

RIC n.1678/2019

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Economia, acerca da redução de recursos previstos para as ações de fiscalização trabalhista no orçamento 2020, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Qual o montante de recursos destinados nos orçamentos do governo federal para fiscalização trabalhista, desde 2013 até 2020? Elencar ano a ano.
- b) Do valor previsto no Orçamento 2019, quanto foi desembolsado de janeiro a novembro?
- c) Do valor desembolsado do Orçamento 2019, quanto foi efetivamente usado para fiscalizar as condições de saúde e segurança no trabalho?
- d) Como está previsto no Orçamento 2020 a destinação dos recursos reservados para fiscalizações trabalhistas? Em que ações serão aplicadas?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Jesus Sérgio

Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

Apresentação: 27/11/2019 09:59

RIC n.1678/2019

JUSTIFICAÇÃO

O governo federal vem indicando por meio da reforma administrativa que acabou com o Ministério do Trabalho, transformando numa secretaria do Ministério da Economia; por meio de propostas legislativas enviadas ao Congresso Nacional, como a recente Medida Provisória 905/2019; e, pelo direcionamento de recursos no orçamento da União 2020, que a fiscalização das condições de trabalho, da segurança e saúde do trabalhador, do combate ao trabalho escravo, saíram definitivamente da agenda de prioridades a partir da posse do atual governo.

A diminuição de recursos orçamentários destinados à fiscalização trabalhista parece mandar um recado claro para o empresariado brasileiro: o governo usará tapa-olho para possíveis aumentos da exploração da mão de obra empregada, pras condições de saúde e segurança no trabalho, mesmo que isso venha repercutir nas finanças do Sistema Único de Saúde e da Seguridade Social que é para onde recorre o trabalhador que sofre acidente de trabalho ou precisa afastamento da atividade laboral por doença.

A mensagem subliminar que o governo federal passa ao promover um afrouxamento da legislação trabalhista e da fiscalização havia sido amplamente informada pelo então candidato Jair Bolsonaro durante o processo de campanha eleitoral em 2018: “menos direitos para mais empregos”. Embora os empregos não tenham surgido durante todo o primeiro ano de seu governo, os direitos foram desaparecendo a cada nova ação do atual mandatário federal.

As consequências mais nocivas desse ataque promovido contra os direitos trabalhistas e na redução da presença do Estado na fiscalização do mundo do trabalho, é que o trabalhador, sem a quem recorrer, estará abandonado à própria sorte em 2020 porque o auditor do trabalho não estará nas cidades do interior porque não terá recursos para deslocamentos e essas áreas vão se tornar terra de ninguém.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e solicito ao Sr. Ministro de Estado da Economia que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC